



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011482-88.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços**
 Exequente: **WE MARKETING E DESIGN**
 Executado: **RENATA ZAGO COMERCIAL JOIAS EIRELI ME e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Tomo a manifestação de fl. 117, ofertada pela executada, como embargos à execução, especialmente à luz dos princípios norteadores do Juizado Especial Cível.

Extraio dos autos que as partes celebraram o contrato de fls. 11/12, por meio do qual a embargada se comprometeu a prestar determinados serviços à embargante mediante remuneração ajustada.

O documento de fls. 20/21, a seu turno, representa o "Instrumento Particular de Confissão e Novação de Dívida" em que a embargante reconheceu a existência de dívida em face da embargada oriunda do contrato de início mencionado, comprometendo-se então a quitá-la com a emissão de três cheques.

É incontroverso, por fim, que somente uma cártula foi paga, referindo-se a execução ao débito remanescente.

A embargante atribuiu à embargada a responsabilidade pelo sucedido porque não teria cumprido as obrigações livremente contraídas (o "site" ficou somente alguns dias no ar por "problema do programador", não houve a entrega do "logotipo, cartão de visita e folder" e não recebeu aulas que lhe tinham sido prometidas).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A explicação da embargante, porém, não contou com o apoio de provas que a corroborassem.

Nesse sentido, ela própria admitiu a necessidade do pagamento mensal de importância a título de "domínio", o que teve vez somente uma vez, de sorte que tal fato poderia comprometer o regular funcionamento do "site".

Nada há nos autos para fazer crer que isso tivesse ligação com um "problema do programador" e nesse contexto não se vislumbra a responsabilidade da embargada quanto ao tema.

Já os documentos de fls. 24/39 evidenciam o cumprimento de todos os deveres assumidos pela embargada, valendo anotar que não foram impugnados especificamente pela embargante.

Inexiste, por fim, cláusula que demandasse a prestação de "aulas" da embargada à embargante, havendo pelo que foi dado apurar o fornecimento de todas as informações inerentes ao negócio levado a cabo.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária (registro inclusive que a embargante não demonstrou interesse no alargamento da dilação probatória – fls. 123 e 129), conduz à certeza de que a embargada cumpriu as obrigações a seu cargo, não sendo, aliás, crível que não o tivesse feito se foi firmado sem ressalvas o instrumento de confissão de dívidas de fls. 20/21.

Ao contrário, não se patenteou o lastro que respaldasse a inadimplência da embargante, de sorte que sua pretensão não vinga.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos e determino o prosseguimento da execução.

Manifeste-se oportunamente a embargada a esse respeito.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**